

Mobilização Pela Revisão Salarial e pelo PCS Encaminhamento imediato do Projeto ao Congresso

Assembleia – Tribunal Regional do Trabalho Hoje – 18/09 – às 14h - térreo do edifício sede (T-1)

Nesta sexta-feira, 18/09, os servidores do Tribunal Regional do Trabalho estarão reunidos em assembleia, no térreo do edifício sede do Tribunal, para dar continuidade às atividades pelo Plano de Carreira e revisão salarial, buscando o encaminhamento imediato do projeto que altera a Lei 11.416/06 (atual PCS) ao Congresso Nacional. Em Goiás o sindicato tem mobilizado os três órgãos do Judiciário Federal. Ontem, 17/09, a assembleia ocorreu na Justiça Federal, com a participação de vários servidores. Na segunda-feira, a mobilização será realizada no Tribunal Regional Eleitoral. A participação de todos é fundamental para a revisão salarial. Compareça!

Servidores do DF definem indicativo de Paralisação para o dia 23/09

Segundo o Sindjus/DF, dia 23 de setembro é o prazo limite para os presidentes dos Tribunais enviarem a proposta do PCCR ao Congresso Nacional. Caso contrário, no mesmo dia 23 de setembro, o sindicato realizará um ato político e uma assembleia com indicativo de paralisação. A entidade sindical destaca que “é hora de pressionar. É hora de mostrar nossa força. É hora de nos unirmos em torno de uma mesma bandeira – o envio imediato do PCCR. O mês de setembro está sendo marcado por um processo intenso de mobilização em prol do envio do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Judiciário e do Ministério Público ao Legislativo”.

Informa ainda o sindicato que, “embora o envio tenha sido adiado várias vezes, se fizermos barulho ainda dá tempo do nosso plano ser aprovado no primeiro semestre de 2010, como é o desejo dos trabalhadores e do Sindicato. O sindicato trabalhou de todas as formas para que o novo plano fosse enviado até o dia 31 de agosto (prazo da LDO), mas não houve vontade política por parte da administração. Além de alguns presidentes considerarem alto demais o salário final de analista, optou-se, mais uma vez, em privilegiar os magistrados (a desculpa foi a de que o momento era de aprovar o subsídio dos juizes)”.

Para Policarpo, Coordenador da Fenajufe e do Sindjus/DF, o maior problema não é prazo da LDO, já que todos os outros PCSs foram enviados sem estar em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e

sofreram adaptações dentro do Congresso, tramitando normalmente. Quanto à tramitação, o projeto pode caminhar em separado ou apensado ao PL 319. O maior problema, sem dúvida, é a vontade política. Policarpo tem se reunido com os presidentes dos tribunais lutando pelo envio imediato da proposta e organizado a categoria para a luta.

Categoria mobilizada dá último prazo aos Tribunais

“O importante agora, para não perder tempo, é focar no envio da proposta ao Congresso Nacional. Caso o Poder Judiciário não envie a redação do PCCR, no dia 23/09 haverá mobilização, pelo envio da proposta, na Praça dos Tribunais ou no STF”, frisou Policarpo.

Portanto, fique atento, fale com seus colegas, conscientize o máximo de servidores possível sobre a importância dessa mobilização. Se em outros momentos a mobilização da categoria resultou em benefícios para os servidores da Justiça, como prova a nossa própria história de luta, esse momento é também decisivo para mostrar ao Poder Judiciário e, também ao Poder Legislativo, a capacidade de unidade desta categoria.

Uma categoria de trabalhadores que está com salários defasados, mas não para de lutar em busca de respeito. Vamos nos unir mais uma vez e mostrar que o nosso trabalho merece ser melhor remunerado. Participe!
(Sindjus/DF e Sinjufego)

**Sinjufego encaminhará Mandado de Injunção ao STF pela revisão geral anual.
Filiados ao Sinjufego não pagam honorários advocatícios nas ações propostas.
Garanta seus direitos, filie-se já!**